

DISSERTAÇÃO

PINHEIRO, Werb Silva ^[1]

PINHEIRO, Werb Silva. O mundo como representação e como vontade no pensamento de Arthur Schopenhauer. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 06, Ed. 02, Vol. 11, pp. 94-107. Fevereiro de 2021. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/filosofia/arthur-schopenhauer>

Contents

- RESUMO
- 1. INTRODUÇÃO
- 2. O MUNDO COMO VONTADE E REPRESENTAÇÃO
- 3. CONCLUSÃO
- REFERÊNCIAS

RESUMO

O presente artigo elucida os conceitos do filósofo Arthur Schopenhauer acerca do mundo como representação e Vontade. O mundo como representação é dado a partir das categorias do entendimento: espaço, tempo e causalidade. Em seguida, apresenta a noção de mundo como Vontade numa perspectiva schopenhauriana, destacando os conceitos de ideia platônica e coisa em si kantiana. Ao final da análise, coloca o conhecimento artístico em contraposição ao conhecimento científico dos conceitos, como parte de entendimento dos dois mundos.

Palavras-chave: Representação, vontade, homem, causalidade, tempo, espaço.

1. INTRODUÇÃO

No primeiro livro da obra *O mundo como Vontade e Representação* e da tese de doutorado

de Schopenhauer intitulada *raiz quádrupla do princípio de razão suficiente* analisa o caráter intuitivo do mundo. É, pois, no mundo como representação que ele instala essa verdade indiscutivelmente comprovada. Ademais, é na *Crítica da razão pura* do filósofo Immanuel Kant sobre o que se pode conhecer, que o filósofo se debruça por entender o mundo como totalidade dos objetos cognoscíveis. Dessa maneira, Arthur Schopenhauer se depara com as conclusões kantianas e algumas de suas opiniões acerca de sua filosofia são mantidas e outras reajustadas a sua forma de pensar o mundo.

Schopenhauer é categórico no início do primeiro livro de sua obra magna, indicando primeiramente a parte que exige menos abstração para compreender a sua filosofia, que seria o mundo revelado e aceito como representação. “O mundo é minha representação. – esta proposição é uma verdade para todo ser vivo e pensante embora só no homem chegue a transformar-se em conhecimento abstrato e refletido.” (SCHOPENHAUER, 2001, p. 1). Dessa maneira, o mundo neste primeiro ponto é aquilo que aparece à experiência do sujeito e somente refletirá sobre ele separadamente de suas outra parte concernente.

A única coisa de que aqui será feita abstração [...] é unicamente a vontade que constitui o outro lado do mundo: num primeiro ponto de vista, com efeito, este mundo apenas existe absolutamente como representação; noutro ponto de vista ele apenas existe como vontade. (SCHOPENHAUER, 2001, p. 11).

O autor acolhe a diferença kantiana entre coisa em si e fenômeno, reafirmando que o mundo, agora chamado de representação é estruturado pelas formas inatas do entendimento. A representação é com isso a realidade dentro da consciência. São as leis *a priori* na consciência espaço - tempo - causalidade, e mais os dados da experiência que garantem a fatualidade de um conhecimento intuitivo e não mais abstrato do fenômeno. Por certo, afirma que os objetos estão condicionados às leis da razão suficiente, ou seja, um objeto qualquer que seja sua natureza está necessariamente ligado a outro, como numa relação recíproca, por uma determinação necessária.

Para tanto, analisa os conceitos de representação e Vontade. A representação sob os princípios de razão suficiente: espaço - tempo - causalidade. A Vontade sob a perspectiva schopenhauriana das ideias platônicas e de coisa em si kantiana.

2. O MUNDO COMO VONTADE E REPRESENTAÇÃO

Schopenhauer transfere a teoria kantiana das formas do conhecimento intuitivas do objeto para a consciência, e ao fincar a ideia das quatro raízes da representação, estabelece as mais distintas ciências da natureza: matemática, física, biologia, etc. Como explicita o filósofo:

A esta ideia, acrescento, pela minha parte, que o princípio da razão é a expressão geral de todas estas condições formais do objeto, conhecidas *a priori*; que todo conhecimento puramente *a priori* se resume ao conteúdo deste princípio, com tudo o que ele implica; em uma palavra, que nele está concentrada toda a certeza da nossa ciência *a priori* [...] ele é a condição de todo objeto possível; o que significa que um objeto qualquer está necessariamente ligado a outros, sendo determinado por eles e determinando-os por sua vez. Esta lei é tão verdadeira que toda a realidade dos objetos enquanto objetos ou simples representações consiste unicamente nesta relação de determinação necessária e recíproca: esta realidade é, portanto, puramente relativa. (SCHOPENHAUER, 2001, p. 12).

De fato, o conhecimento intuitivo do mundo está sujeito às leis necessárias que estão *a priori* no sujeito. Ou seja, caso se tente conceber qualquer objeto fora do tempo, do espaço e causalidade é o mesmo que não o conceber. Desse modo, o objeto se dá a partir de relações recíprocas de causa e efeito. Conquanto, a realidade exterior é apenas um processo intelectual do sujeito, não existindo fora disso.

É na relação sujeito e objeto que Schopenhauer supera as ideias antagônicas dos idealistas e dos realistas, conservando-as, mas subtraindo-as num mesmo princípio, o de que ao terminar o sujeito o objeto se projeta a realidade da existência pensante. Nas palavras de Janaway (1994, p. 27): “Retire-se o sujeito da experiência e nenhum elemento da estrutura do mundo permanece.” Não dá para pensar um sem o outro. É daí a enxerto da veracidade da representação em meio a essa relação análoga de sujeito e objeto.

E para chegar a essa verdade de que a representação é a realidade no intelecto, e não pura abstração ou apenas materialidade, que o Cavaleiro Solitário se mantém conservadoramente kantiano em princípio, mas impetuoso em se tratando de superá-lo. Agora se esqueça as

inúmeras categorias kantianas, sua vislumbração abstrata do fenômeno e acima de tudo a sua desistência metafísica de um conhecimento possível da *coisa em si* para olhar objetivamente para a verdade do mundo unificada num mesmo corpo.

Reforça-se em nível de entendimento o que quer dizer Schopenhauer ao conjecturar a decifração dos dados da sensibilidade por meio da consciência. A sensibilidade é faculdade subjetiva do sujeito, enquanto a materialidade dada a essa sensibilidade é o conteúdo a ser conceituado, caracterizado pelo entendimento, que subsiste na estrutura racional do sujeito, que antes Kant denominava de categorias do entendimento.

É preciso esclarecer que o processo schopenhauriano de conhecimento do objeto ou de criação dessas imagens do mundo exterior tem como ponto inicial o corpo humano. O corpo é a porta de entrada das percepções ou da matéria bruta que se organizará pelos processos imediatos do entendimento. O entendimento aplicará a esses dados recebidos, lugar no tempo e no espaço e, como recebeu em processo de efeito também lhe atribuirá a sua causa de ser.

Sobre a consciência de que tudo acontecia por uma determinada razão de ser, Schopenhauer não se acomoda nas conclusões kantianas, mas supera-as, acrescentando no seu sistema filosófico os porquês de tais conexões existentes na natureza acontecerem, uma vez que as causas produzem certo efeito no campo da representação, através da faculdade cognoscitiva.

Para entender o que ele demonstra em sua primeira noção de mundo é preciso estudá-lo sistematicamente, como uma grande teia que se segue sustentando cada parte concernente de sua filosofia. Desse modo, o mundo é composto de relações causais criadas pelo entendimento e para o entendimento. Sem o entendimento as sensações seriam somente dados sem nenhum significado; e sem o objeto, a razão forneceria apenas representações abstratas ou apenas conceitos vazios.

Mas, do mesmo modo que o aparecimento do sol revela o mundo visível, também o entendimento, pela sua ação súbita e única, transforma em intuição o que não era senão uma sensação vaga e confusa. Esta intuição não é de modo algum constituída pelas impressões experimentadas pelo olho, ouvido, mão: isso são

simples dados. Apenas após o entendimento ter ligado o efeito à causa, o mundo aparece, extenso como intuição no espaço, mutante na forma, permanente e eterno enquanto matéria, visto que o entendimento reúne o tempo ao espaço na representação da matéria, sinônimo de atividade. Se, como representação, o mundo existe apenas pelo o entendimento, ele também só existe para o entendimento. (SCHOPENHAUER, 2001, p. 18-19).

Assim como para G. W. Leibniz (1646-1716), para o filósofo da quádrupla raiz, as coisas no mundo não são jogadas e desorganizadas. É por meio de relações causais determinadas no tempo e no espaço, e apreendidas pela consciência, que o conhecimento da representação chega até o sujeito. Além dessas considerações acerca da representação, Schopenhauer aponta duas metades essenciais da mesma: a primeira é o objeto e a segunda é o sujeito, ratifica o filósofo:

O mundo, considerado como representação, único ponto de vista que aqui nos ocupa, comprehende duas metades essenciais, necessárias e inseparáveis. A primeira é objeto que tem por forma o espaço e o tempo, e por conseguinte, a pluralidade; a segunda é o sujeito que escapa a dupla lei do tempo e do espaço, sendo sempre uno e indivisível em cada ser que o percebe. (SCHOPENHAUER, 2001, p. 11).

É importante enfatizar a característica análoga do sujeito e do objeto neste processo de veracidade da representação, pois não dá para pensar o objeto sem um sujeito que o pressupõe, do mesmo modo que todo sujeito precede um objeto.

Cada sujeito, para Schopenhauer, carrega consigo um mundo, pois enquanto houver um sujeito sequer haverá um objeto. Portanto, quando se tira o sujeito do conhecimento, o objeto desaparece, e o contrário é também verdade. É essa relação conjunta que supera a tese dos realistas e dos idealistas, que viram no conhecimento a importância de apenas um destes dois componentes. Schopenhauer unifica isso num mesmo corpo, e estabelece aí o mundo empírico e metafísico.

Sobre a assertiva de que o mundo existe porque o sujeito o percebe, Schopenhauer dá total crédito à conclusão de Berkeley presente no seu *Tratado Sobre os Princípios do*

Conhecimento Humano (1710): “O seu esse é *percepi*”. (BERKELEY, 1773, p. 19, grifo do autor). Para Schopenhauer, o sujeito é o substrato necessário do conhecimento do objeto.

Dessa maneira, enquanto para Kant o mundo possível de conhecimento é puro fenômeno, para Schopenhauer é pura representação, estando até mesmo o homem nesta categoria da matéria, pois, como ele mesmo afirma: “[...] ele [o homem] tem sua raiz no mundo, enquanto indivíduo faz parte dele, só o seu conhecimento torna possível a representação do mundo inteiro.” (SCHOPENHAUER, 2001, p. 109).

Reforçando o que foi abordado até este ponto a representação é para Schopenhauer uma verdade incontestável e evidente, pois está sob as leis próprias do entendimento – espaço, tempo e causalidade. Todo objeto conhecido não foge dessas condições. As representações que não se encaixam nessa lógica são tidas como abstratas e vazias de conteúdo, habitando apenas no espírito humano. Ele foge das conclusões abstratas do objeto e estabelece as condições intuitivas do sujeito como comprovação do mundo objetivo. É nessa segunda categoria da representação que o filósofo coloca os conceitos.

Os conceitos são frutos da razão, que na filosofia schopenhauriana não é absoluta, como foi para Kant e Hegel. A razão não é, portanto, uma faculdade divina, mas, apenas, desempenha a função de conceituar as percepções apreendidas pelos sentidos, ou seja, o que ele denota de representação de representações. Portanto, não é a razão aquela força possível de apreensão do mundo suprassensível ou que cria as ideias universais.

Os conceitos formam uma classe especial de representações, inteiramente distintas das representações intuitivas de que se tratou até agora, visto que elas apenas existem no espírito humano. Além disso, é impossível chegar a um conhecimento intuitivo e absolutamente evidente da sua própria natureza; a ideia que se pode fazer é ela própria puramente abstrata e discursiva. Seria, pois, absurdo exigir uma demonstração experimental, caso se entenda por experiência o mundo exterior e real, que é apenas representação intuitiva: é impossível colocar estas questões debaixo dos olhos ou apresentá-las à imaginação, como se fossem objetos perceptíveis aos sentidos. (SCHOPENHAUER, 2001, p. 47).

O que se quer compreender com essas colocações é o real significado de representação que

é diferente de materialidade. Não é o mundo sensível, tão pouco é abstração, mas é o mundo conhecido pelo sujeito através de um elaborado processo mental em que o entendimento dá significado às afecções. O sujeito é ao mesmo tempo representação e intuição. Também, pode-se chamar a representação de não-eu: “[...] elas tornam-se sempre, não são nunca, elas têm apenas um ser relativo e só existem nas e pelas suas relações recíprocas; de igual modo pode-se justamente denominar todo o seu ser um não ser.” (SCHOPENHAUER, 2001. p. 179), ou, simplesmente, objeto. Mas, para responder a isso de forma completa, é necessário analisar a outra parte desse mundo, como explicita Schopenhauer:

[...] esta perspectiva, que apenas incide sobre um lado das coisas, será completada [...] por uma outra verdade – menos evidente é verdade, é preciso confessar, do que a primeira; com efeito, a segunda, para ser compreendida, pede uma investigação mais aprofundada, um esforço de abstração maior, enfim, uma dissociação dos elementos heterogêneos acompanhada de uma síntese dos princípios semelhantes. Esta austera verdade, bem própria para fazer o homem refletir, senão mesmo para fazê-lo tremer, eis como se pode e deve anunciar a par da outra: o mundo é minha vontade. (SCHOPENHAUER, 2001, p. 10, grifo nosso).

O mundo é minha vontade, enfatiza Schopenhauer no fim de suas primeiras colocações sobre o mundo como representação. Ao observar o enunciado dessa frase, perceber-se-á o quanto é significativo o pronome possessivo “minha” que estabelece aí a importância do sujeito na criação do mundo como representação. Observa-se também que o mundo como representação são as imagens produzidas pelo entendimento a partir das percepções sensíveis. E que a vontade a que se refere Schopenhauer é de fato a essência abstrata que regula toda engrenagem do mundo.

No primeiro ponto analisado (o mundo como representação), pode-se colocar o corpo humano como um objeto entre outros objetos regulado pelas leis inatas do entendimento. Isso enquanto corpo conhecido e não no ato de conhecer. Porém, além de ser objeto, o corpo humano é também conhecimento imediato, é intuição de si mesmo, é vontade, “[...] visto que meu corpo é o único objeto do qual não conheço unicamente um dos lados, o da representação; conheço-lhe também o segundo, que é o da vontade.” (SCHOPENHAUER, 2001, p. 135). Portanto, a chave de entendimento da vontade é o corpo humano que contém

em si capacidade consciente de conhecer as duas metades do mundo.

Contudo, o mundo como representação não é separado do mundo como vontade, como era nas concepções platônicas de ideia e sensibilidade, bem como na distinção kantiana de nômeno e fenômeno. Mas, comprimidos na natureza, vontade e representação se auxiliam em se tratando de movimento e manifestação imagética. De forma simples e objetiva, a vontade não é intuitiva, não se aplica às leis do princípio de razão suficiente. O que se conhece da vontade são seus atos, suas manifestações contidas principalmente nos movimentos do corpo humano, ou melhor, as suas objetivações na natureza.

Todo ato real da nossa vontade é, ao mesmo tempo e infalivelmente, um movimento do nosso corpo; não podemos querer realmente um ato sem constatar, ao mesmo instante, que ele aparece como movimento corporal. O ato voluntário e a ação do corpo não são dois fenômenos objetivos diferentes, ligados pela causalidade; não estão entre si numa relação de causa e efeito; eles são apenas um só e mesmo fato; só que esse fato nos é dado de duas maneiras diferentes: por um lado, imediatamente, por outro, como representação sensível. A ação do corpo é apenas o ato da vontade objetivado, isto é, visto na representação. (SCHOPENHAUER, 2001, p. 110).

Há, portanto, algo primordial que distingue a vontade da representação? Evidentemente que sim. “A vontade, como coisa em si é absolutamente diferente do fenômeno [...].” (SCHOPENHAUER, 2001, p. 121). As próprias leis necessárias na qual os fenômenos são empregados não se aplicam à vontade. Espaço, tempo e causalidade são condições do conhecimento intuitivo, a vontade é pura abstração. Desse modo, o corpo humano é um fator decisivo no processo de decifração da essência do mundo. Schopenhauer assevera que o corpo é vontade e representação, mas que ao analisar melhor suas colocações, percebe-se que não é a essência apenas do corpo e nem da natureza, mas de todo universo.

Considerada como vontade, independentemente da representação e de todas as formas, a vontade é uma só e idêntica no objeto contemplado e no indivíduo que ao elevar-se a esta contemplação toma consciência de si mesmo como puro sujeito; ambos, por conseguinte, se confundem visto que eles são, em si, apenas a vontade que se conhece a si mesma; quanto à pluralidade e à diferenciação, elas

só existem a título de modalidades do conhecimento, isto é, apenas no fenômeno e em virtude da sua forma, o princípio da razão. (SCHOPENHAUER, 2001, p. 189).

Surge, portanto, o questionamento sobre a pluralidade dos objetos e sobre o caráter universal da vontade. Para ser claro, a pluralidade é própria dos fenômenos; todo objeto refletido é particular, pois está sob a lei do tempo. Cada sujeito leva consigo um mundo, uma percepção representativa do todo. Como a vontade está sobre o tempo, a pluralidade não é característica sua, ela é universal e eterna. Mas como se explica o fato de cada corpo em separado ser vontade e esta não ser particular?

São as objetivações da vontade que comungam da pluralidade, porque o objeto é condicionado pelos princípios de razão do entendimento. A vontade enquanto essência universal não se coloca diante dos olhos do entendimento, tampouco os sentidos do corpo. Porém, se mostra aos espíritos mais atentos em toda parte, na gravidade, na matéria inorgânica, nos animais e principalmente no homem. A essas manifestações particulares Schopenhauer define como graus dessa vontade e não uma vontade subdividida.

O que se afirma até aqui é que a vontade é o fundo ontológico do mundo, sendo o conhecimento condicionado pelas estruturas inatas do entendimento apenas representação da verdadeira essência. A vontade é una, pois não se divide em cada ser, mas se manifesta nas objetivações do fenômeno. É eterna, porque não está sujeita às condições temporais e espaciais; é universal porque constitui todo o universo, existindo em toda parte; e é cega, pois não se aplica a ela qualquer tipo de conhecimento. A vontade é a coisa em si e o fenômeno é a representação, conservando o termo kantiano para designar a essência e a aparência do mundo.

A coisa em si é unicamente a vontade; nesta qualidade, esta não é de maneira nenhuma representação, difere dela *toto genere*; a representação, o objeto, é o fenômeno, a visibilidade, a objetividade da vontade. A vontade é a substância íntima, o núcleo tanto de toda coisa particular, como do conjunto; é ela que se manifesta na força natural cega; ela encontra-se na conduta racional do homem; se as duas diferem tão profundamente, é em grau e não em essência. (SCHOPENHAUER, 2001, p. 119).

Destarte, depois de analisados os conceitos de vontade e representação, fica evidente que Schopenhauer não parte da tese dos idealistas e nem dos realistas. *O Cavaleiro Solitário* coloca no centro de sua filosofia a relação análoga entre interioridade e exterioridade. O mundo é vontade, e isto é a verdade imediata, mas também é representação, a verdade que se mostra aos sentidos; e o corpo humano é o ponto inicial para que essas verdades se afirmem.

Até o momento se refletiu sobre esses dois mundos (o mundo da representação, como aquilo que aparece à experiência do sujeito, e o mundo da vontade como coisa em si ou como realidade independente dos princípios de razão suficiente). Após esta análise primeira, a obra de Schopenhauer explana sua tese das ideias, e o papel da arte em sua filosofia. Tanto as ideias como a arte são conceitos imprescindíveis para o entendimento da filosofia schopenhauriana.

Em suma, a vontade atua de modo absolutamente livre, irracional e cego. As forças que atuam na natureza, sendo de qualquer aspecto, têm apenas uma única força que as domina, esta é a vontade de viver (conceito que melhor será abordado na próxima seção). Ou seja, os atos e movimentos do corpo são os efeitos da vontade, de maneira que o corpo no seu todo apenas é objetivação dela. Essa objetivação da vontade se mostra em graus diversos em cada coisa pertencente ao mundo representativo, mas como ideia, no sentido platônico do termo, em sua forma mais geral.

A vontade, portanto, foi assemelhada até agora, em sua esfera larga e abrangente, ao conceito kantiano de coisa em si. E representação fora analisada sobre o olhar também kantiano de fenômeno. Apesar disso, o filósofo de *O mundo como vontade e representação* alinha sua visão sobre a teoria platônica das ideias, no intuito de se aproximar ainda mais do em si do mundo.

A propósito das ideias, é preciso citar sua ligeira semelhança com a coisa em si, mas que se esclareça que não são idênticas. Sua semelhança consiste basicamente no mesmo objetivo, que é considerar o mundo sensível como uma mera aparência. E que só tem alguma validade perante aquilo que o ordena (as ideias e a coisa em si). De outro modo, a sua diferença essencial consiste na teoria das formas de Kant que ver no fenômeno a única possibilidade de conhecimento, e a teoria platônica das ideias que não ver nessas formas condições para

conhecer, mas a própria verdade do conhecimento em si.

Basicamente, as ideias são apresentadas como a objetivação imediata da vontade “Eis, portanto, a vontade identificada para nós com a coisa em si; a ideia, aliás, não é mais do que objetidade imediata desta vontade, objetidade realizada num grau determinado.” (SCHOPENHAUER, 2001, p. 178). Porém, a vontade não é ideia, mas tem nela a sua objetivação num grau mais superior em relação às outras objetivações. O conceito clássico de ideia a coloca como aquilo que se ver, ou seja, só se ver um *homem* como tal porque já existe na consciência uma ideia preconcebida desta imagem que aparece aos sentidos.

Schopenhauer não foge desse conceito de ideia, mas não a coloca como o em si das coisas, e tão menos a que se configura o fim a que se deve o conhecimento. As ideias são as imagens dos objetos no intelecto, ou seja, são representações privilegiadas porque não se submetem aos princípios de razão, e por isso são as objetivações mais próximas da vontade.

Portanto, se as ideias não são conceitos e nem se submetem aos princípios de razão, e é ao mesmo tempo objetivação da vontade, como abstraí-las se se pretende chegar ao em si das coisas? Para Schopenhauer, a ciência tem como função o estudo dos conceitos, logo, seu método de estudo é demorado, experimentado, não poderia, dessa forma, se ocupar das ideias, pois estas se apresentam de forma imediata, tão instantânea que fugiria à análise conceitual.

Consequentemente, resta para ocupação das ideias o conhecimento artístico. Ademais, se o conceito de vontade é para o filósofo o cerne de sua filosofia ou mesmo o fim último a que compete suas investigações, deve-se, portanto, à arte um lugar elevado em sua filosofia. Pois, é a ela atribuído o posto de conhecimento imediato das ideias ou de contemplação instantânea da essência do mundo.

Mas como ocorre esse processo de conhecimento imediato das ideias? O filósofo é claro e objetivo em afirmar que é por meio da contemplação estética. É nesse ato que o sujeito se extravia da realidade temporal e espacial, foge das quatro formas da representação (princípio de razão do devir, princípio de razão do conhecer, princípio de razão de ser e princípio de razão do agir), para ficar lado a lado com a ideia pura de vontade, como que em estado de êxtase. “A arte agarra-se, por conseguinte, a este objeto particular; ela para a roda

do tempo, para ela, as relações desaparecem; o seu objeto é apenas o essencial, é apenas a ideia." (SCHOPENHAUER, 2001, p. 194).

Dito isto, as artes, evidentemente, têm uma finalidade diferente da ciência, ou seja, não é de sua natureza preocupar-se com o conhecimento do fenômeno, mas da comunicação do conhecimento imediato da vontade por meio das ideias. E, desse modo, proporcionar ao sujeito o conhecimento da vontade em si mesma e não como ela se manifesta submetida a essas leis de tempo, espaço e causalidade.

Recapitulando, para o autor existe uma razão para as coisas serem como são, e conhecer essas coisas seria entender por que elas são assim e não de outra forma. Por isso, não é uma razão necessária, mas uma razão suficiente. Desse modo, quando a ciência conhece alguma coisa, ela conhece segundo o princípio de razão. Enquanto forma objetiva da vontade, todo conhecimento da ciência está submetido às condições *a priori* existentes na consciência, que são formas objetivas de apreender a manifestação da vontade.

A coisa em si não está submetida aos princípios da razão. Quando se conhece os efeitos na natureza, está conhecendo apenas uma forma de como essa vontade se manifesta, porque todas as formas de objetivação da vontade estão sujeitas a essas leis. É por isso que o conhecimento da ciência é, como concluiu Kant, conhecimento do fenômeno.

A arte, portanto, está para o conhecimento das ideias como a ciência está para o conhecimento do fenômeno. Desse modo, se a ideia é a forma mais pura de objetivação da vontade, logo a arte é responsável pelo conhecimento imediato da essência do mundo, ou método, ou qualquer mediação racional (conceito).

É importante frisar que Schopenhauer faz uma espécie de hierarquização das artes, denotando lhes graus de importância e competências específicas na busca de comunicação da vontade em si mesma. Porém, todas tendem a um mesmo objetivo: o de comunicar o conhecimento imediato das ideias através das produções artísticas, como explicita o autor:

[...] começamos pela arquitetura artística, que tem como finalidade estética exprimir a vontade objetivada no baixo grau que nos é dado apreender, isto é, a tendência surda, inconsciente, necessária, da matéria, onde, no entanto já se

manifesta um antagonismo e uma luta internos no combate da gravidade contra a resistência [...] (SCHOPENHAUER, 2001, p. 269).

O percurso que vai da arquitetura, passando pela escultura, pela pintura e poesia trágica, até chegar à música é caracterizado por Schopenhauer pelos graus com que cada uma diz respeito a suas representações na natureza. Desse modo, é de acordo com seu objeto de reprodução que o grau de elevação dessa arte se sucederá a outra. Cada arte em si tem a função de reproduzir as hierarquizações dos diversos seres constituintes da natureza, claro, que por meio das ideias. Essas ideias objetivadas nas artes revelam a intensidade de atuação da vontade em cada ser ou ação na natureza. Como exemplo, observa-se a arquitetura que por ser uma arte sem consciência, está abaixo da poesia trágica que retrata a ferocidade da vontade contra si mesma.

"[...] a tragédia [...] nos faz ver, no mais alto grau dessa objetivação, essa mesma luta da vontade consigo mesma, mas com proporções e uma clareza que nos assustam." (SCHOPENHAUER, 2001, p. 269).

Seguindo a concepção de que tudo o que está abaixo da vontade é seu objeto de projeção, as artes também entrariam nessa relação de objetivação da vontade. Porém, uma arte específica merece um destaque diferente das demais, sendo ela livre do fardo de pertencer ao subjugado dos princípios de razão. A essa arte o filósofo refere-se à música. Para ele, a música está do lado das ideias e acima das outras artes, como cópia perfeita da vontade.

Ela não é, portanto, como as outras artes, uma reprodução das ideias, mas uma reprodução da vontade como as próprias ideias. É por isso que a influência da música é mais poderosa e mais penetrante que a das outras artes. Estas exprimem apenas a sombra, enquanto ela fala do ser. (SCHOPENHAUER, 2001, p. 271).

3. CONCLUSÃO

Dessa maneira, o mundo como representação é aquilo que aparece à experiência do sujeito, ou seja, aquilo que pode ser pensado e a partir daí formado a consciência num espaço, tempo e estruturado de um processo causal. considerando-o separadamente de suas outra

parte essencial.

Após a análise do conceito de representação, a reflexão schopenhauriana numa perspectiva epistemológica conduz à outra noção de mundo que Schopenhauer chamou de Vontade. No entanto, o filósofo não foge ainda da filosofia kantiana, assemelhando esta Vontade com a coisa em si. A Vontade foi, portanto, apresentada como em si do mundo, ou seja, como o fundo ontológico dos objetos e o fenômeno como objetivação dela traduzida pelos princípios inatos do entendimento. A partir disso, a Vontade fora caracterizada em relação ao conhecimento artístico das ideias, num sentido platônico do termo, e aos mais variados graus de objetivação na natureza. Ademais, nota-se o entrelaçamento entre dimensão teó

Portanto, a análise que se projetou até o momento constituiu a explicitação do conceito de representação sobre os princípios inatos do entendimento – espaço, tempo e causalidade, e da vontade em sua comparação com a coisa em si. Ademais, observou-se a vontade e representação sobre a perspectiva do corpo humano; e por último numa ótica artística e platônica das ideias.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Jair. Schopenhauer: a decifração do enigma do mundo. São Paulo: Paulus, 2015.
- BERKELEY, George. Tratado sobre os princípios do conhecimento humano. 2. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os pensadores).
- FRAGOSO, Flora Bezerra da Rocha. O Princípio de Razão Suficiente e suas Raízes. Kalagatos, Fortaleza, v. 12, n. 23, p. 197-224, Nov. 2015.
- JANAWAY, Christopher. Schopenhauer. Trad. Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Loyola, 2013.
- SCHOPENHAUER, Arthur. O mundo como vontade e representação: Trad. M. F. Sá Correia. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

^[1] Licenciado em filosofia pelo Instituto de Estudos Superiores do Maranhão (IESMA) e Pós-Graduando.

Enviado: Dezembro, 2019.

Aprovado: Fevereiro, 2021.